

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 8 | Nº 22 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.5527301>



ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS SOBRE OS PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Ivan dos Santos Oliveira¹

José Carlos Rothen²

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo empreender estudo bibliométrico a respeito da produção acadêmico-científica em periódicos que abordaram a temática da Autoavaliação Institucional (AAI) no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a fim de conhecer as características dessa produção científica no que diz respeito às informações nela advindas possíveis de serem categorizadas quanto aos objetivos, focos de interesse e os resultados nelas produzidos. Sob a perspectiva qualitativa, por meio da aplicação de técnicas bibliométricas, foi possível conhecer o percurso histórico-temporal das produções publicadas sobre a temática e qualificar em seis categorias de acordo com o foco de interesse principal abordado em cada produção. São elas: Influência da AAI na melhoria dos processos e na construção da identidade institucional, Percepção dos sujeitos, Discussão teórica sobre a política avaliativa e sua implicação nos contextos das Instituições de Ensino Superior (IES), Atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Participação dos sujeitos e Meta-avaliação da AAI.

Palavras chave: Autoavaliação Institucional. Avaliação da Educação Superior. Bibliometria.

Abstract

This research aimed to undertake a bibliometric study regarding academic-scientific production in journals that addressed the theme of Institutional Self-Assessment (AAI) in the context of National Higher Education Assessment System (SINAES), in order to know the characteristics of this scientific production with regard to the information arising from it. possible to be categorized as to the objectives, focuses of interest and the results produced in them. From a qualitative perspective, through the application of bibliometric techniques, it was possible to know the historical-temporal path of the productions published on the theme and qualify in six categories according to the main interest focus addressed in each production. They are: Influence of AAI in the improvement of processes and in the construction of institutional identity, Perception of the subjects, Theoretical discussion on the evaluation policy and its implication in the contexts, CPA performance, Participation of the subjects and AAI meta-evaluation.

Keywords: Bibliometrics. Higher Education Assessment. Institutional Self-Assessment.

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar e discutir a temática da avaliação da educação superior no Brasil está presente na produção acadêmica desde antes da década de 1980, na qual se estruturaram os princípios e as concepções a respeito da avaliação institucional que a comunidade científico-acadêmica gostaria que se implementassem enquanto políticas públicas, a partir das experiências de processos de avaliação

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Educação e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). E-mail para contato: ivanoliveira@ifpi.edu.br

² Doutor em Educação e professor associado da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email para contato: joseroben@ufscar.br



formativa. Na década posterior, autores como Balzan, e Dias Sobrinho (1995), Beloni (1999), Ristoff (1999), Sguissard (1997), dentre outros, foram responsáveis por conduzir essas discussões, cujo princípio maior assenta-se na participação democrática da comunidade no processo avaliativo, a fim de proporcionar meios de entendimento dos problemas locais e de transformação da realidade, respeitando-se as características próprias de cada Instituição de Ensino Superior (IES).

Com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) em 2004, estabelecem-se os princípios, as dimensões a serem avaliadas e as diretrizes para a implementação dos processos avaliativos, conferindo destaque à autoavaliação, por esta se configurar como a etapa interna da avaliação institucional que abrange a participação dos diferentes segmentos da comunidade interna e por abordar as dimensões das perspectivas dos sujeitos avaliadores. Constitui-se, então, como um fértil campo para a observação dos mais variados aspectos relativos ao funcionamento da política e de suas contradições por parte dos pesquisadores interessados, em sua maioria participantes desses processos.

Destarte, é normal observar o crescimento pelo interesse da temática da Autoavaliação Institucional (AAI) nas publicações acadêmico-científicas e da quantidade de pesquisadores que se dedicam ao tema. Por isso, pesquisar o que mostram essas publicações a respeito da AAI, como se organizam quanto aos focos de interesse ao longo do tempo e os resultados que apresentam, é fundamental para sistematizar o conhecimento científico produzido pelos pesquisadores brasileiros em uma área a qual é atribuído um poder transformador potencial tão significativo.

Isso posto, a presente pesquisa teve como objetivo empreender estudo bibliométrico a respeito da produção acadêmico-científica em periódicos que abordaram a temática da AAI no contexto do SINAES, a fim de conhecer as características dessa produção científica, no que diz respeito às informações nela advindas possíveis de serem categorizadas quanto aos seus objetivos, interesses e resultados que apresentam.

Para o presente estudo, optou-se por realizar pesquisa no portal <http://www.periodicos.capes.gov.br>. A busca foi realizada no mês de junho de 2019 com acesso ao conteúdo assinado a partir da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o que possibilitou um alcance maior das produções presentes no portal. Para melhor atendimento dos objetivos da pesquisa, foi definido como critério para a delimitação do *corpus* selecionar somente artigos que tratam dos processos de AAI em IES, no âmbito do SINAES, publicados entre 2004 e 2019, resultando num total final de 34 produções científicas a ser analisadas.

Olhar para os processos concretos de autoavaliação, não no sentido de publicar relatórios com números, tabelas e gráficos pura e simplesmente, mas discuti-los, teorizá-los e compartilhar as



impressões é fundamental para entender o que há de positivo ou negativo, o que serve para o bom andamento do processo e o que precisa ser melhorado, além de nos apontar para quais são de fato as potencialidades e os limites da autoavaliação. Por isso, a importância em se incentivar e dar espaço a esses estudos.

Vale esclarecer que o trabalho que aqui se estrutura é parte integrante de uma pesquisa maior empreendida pelos autores, que, além do objetivo aqui contemplado, também procurou identificar dados quantitativos provenientes da literatura acadêmico-científica que trata do recorte temático, tendo a pesquisa original se segmentado em duas, as quais compartilham da mesma metodologia de coleta e de seleção de dados, bem como do mesmo material analisado, diferenciando-se porém quanto à análise do material, devido à natureza quantitativa daquela e à natureza qualitativa desta.

A PESQUISA BIBLIOMÉTRICA

A Bibliometria é uma das subdisciplinas que permitem medir os fluxos da informação, a comunicação acadêmica e a difusão do conhecimento científico (VANTI, 2002). No âmbito das ciências da informação, está relacionada com outras tais como a Cienciometria, Informetria e Webometria, de forma que, para alguns especialistas, apesar das especificidades de cada uma e por conta das relações de influência que possuem entre si, é difícil determinar os limites de cada uma delas.

Lembra Araújo (2006) de que os estudos bibliométricos aos poucos foram abarcando o estudo de outros formatos de produção bibliográfica, a saber artigos de periódicos e outros tipos de documentos, bem como preocupam-se da produtividade de autores e do estudo de citações. Santos e Kobashi (2009) afirmam que os objetos de estudo da Bibliometria são os livros e as revistas científicas, todavia os modelos bibliométricos têm nos artigos científicos seus objetos privilegiados. Esses produtos literários hoje se configuram como objeto principal dos estudos métricos, muito provavelmente por conta da grande ênfase dada pela avaliação das produções científica e da valorização dos índices de produção.

A Bibliometria vem sendo aprimorada devido a vários fatores, dentre eles as inovações tecnológicas e os novos meios de disseminação da informação e do conhecimento. Uma das tendências apontadas pelos pesquisadores e pesquisadoras aqui referenciados diz respeito ao entendimento da necessidade de abordagens mais qualitativas nos estudos bibliométricos, pois, conforme Santos e Kobashi, “os modelos tradicionais tinham como foco a quantificação de artigos, de autores mais produtivos, de periódicos mais citados, etc., porém não penetravam nas questões mais cognitivas, ou seja, no conhecimento contido nesses objetos” (2009, p. 159). As abordagens de natureza qualitativa nos



estudos métricos são importantes para aprofundar o conhecimento a respeito da dinâmica da Ciência, e é por meio da aproximação com outras disciplinas que essa ponte entre estudos quantitativos e qualitativos pode ser construída.

ANÁLISE DOS OBJETIVOS E DOS RESULTADOS DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Como aspecto qualitativo da pesquisa, o presente trabalho teve como objetivo identificar os focos de interesse dos autores a respeito das dimensões possíveis de serem discutidas no campo da AAI e a que resultados chegaram em suas abordagens. Para isso, procurou-se categorizar o material a partir das aproximações dos objetivos principais de cada artigo, respeitando-se, porém, as idiosincrasias pertinentes a cada um, devido às múltiplas intenções de pesquisa que podem se construir em um trabalho acadêmico.

Para esse fim, a partir da leitura dos resumos, pudemos agrupar os trabalhos constantes no *corpus* desta pesquisa em 06 (seis) categorias, a saber: Influência da AAI na melhoria dos processos e na construção da identidade institucional, Percepção dos sujeitos, Discussão teórica sobre a política avaliativa e sua implicação nos contextos das IES, Atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Participação dos sujeitos e Meta-avaliação da AAI.

CATEGORIA 01 - Influência da AAI na melhoria dos processos e na construção da identidade institucional

Nesta categoria foi possível agrupar a maior parte dos trabalhos constituintes do *corpus* da pesquisa, sendo um total de 11 dos 34. São artigos que têm como foco principal discutir a influência da AAI na melhoria dos processos acadêmico-pedagógicos, no planejamento estratégico e na tomada de decisão por parte dos gestores e ainda na construção da identidade institucional, a partir da análise da realidade de IES públicas ou privadas, por meio do estudo de casos concretos.

Para melhor entendimento, a partir da identificação de qual dimensão de influência da AAI foi focalizada nos objetivos, foi possível ainda dividir essa categoria em três subcategorias: Influência nos processos acadêmico-pedagógicos, influência no planejamento estratégico e na tomada de decisão da gestão e influência na construção da identidade institucional.



Subcategoria 01: Influência nos processos acadêmico-pedagógicos

Os artigos que focaram na influência da AAI nos processos acadêmico-pedagógicos foram o de Ribeiro (2012) e o de Bastos e Rovaris (2016). A primeira autora expõe quais são os aspectos da docência universitária que estão sendo modificados e/ou resignificados para atender às demandas do Estado Avaliador em conformidade com o modo de produção e a atual política de avaliação. Os resultados mostraram que alguns aspectos relativos à docência estão sendo alterados após o resultado da AAI. Bastos e Rovaris (2016) tiveram como objetivo apresentar discussões sobre concepções de bom professor universitário a partir dos resultados dos processos da AAI em uma Universidade Tecnológica Federal Paranaense. Como resultado, inferiram que a AAI, na concepção formativa, possibilita enxergar e engendrar vários caminhos para consolidar ações de melhoria do ensino e na formação bom professor.

Subcategoria 02: Influência no planejamento estratégico e na tomada de decisão da gestão

Os artigos que tratam da influência da AAI no planejamento estratégico e na tomada de decisão da gestão foram os de Andriola (2009), Marquezan e Scremin (2018), Ferreira *et al* (2016), Estela e Da Cunha (2017), Carvalho, Oliveira e Lima (2019), Maba e Marinho (2012) e o de Silva *et al.* (2017).

Andriola (2009) discorre acerca dos principais resultados da AAI da Universidade Federal do Ceará (UFC) no triênio 2004-2006, dando ênfase ao emprego destes dados no planejamento estratégico e na gestão institucionais. Para tal, detalha as ações de gestão que responderam às demandas internas identificadas na AAI. Já Marquezan e Scremin (2018) discutem a necessária articulação entre uma proposta de autoavaliação e planejamento institucional de uma IES comunitária do interior do Rio Grande do Sul, chegando à conclusão da necessidade da implementação de uma cultura avaliativa de caráter institucional que congregue a participação da comunidade por meio da colaboração, tanto no processo de autoavaliação, como no de subsídios para o planejamento institucional.

Ferreira e Freitas (2016) analisam em que medida, uma experiência de AAI de perspectiva formativa pode, simultaneamente e de forma complementar, ser referencial básico para a regulação e, principalmente, ser um instrumento interno de reestruturação e reorganização institucional. Inferem que os principais resultados da pesquisa e o conseqüente uso desses resultados revelam que a AAI pode se constituir numa forte ferramenta de gestão educacional, através do planejamento participativo. Já Estela e Da Cunha (2017) objetivaram entender se a Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB) atende a todos os indicadores do SINAES para o bom atendimento das necessidades de informação de seus usuários, chegando à conclusão de que os resultados dos indicadores mostram que a



BCE/UnB não está contribuindo no processo de ensino, extensão dos estudantes da UnB, até aquele momento.

Carvalho, Oliveira e Lima (2019) refletiram sobre os processos que compõem a AAI de uma universidade *multicampus* e suas contribuições na melhoria da gestão, chegando ao entendimento de que os progressos em torno da avaliação institucional possibilitam a melhoria da gestão universitária. Maba e Marinho (2012) pretenderam demonstrar em seu contexto a relação existente entre o sistema de AAI e o processo de tomada de decisão, especificamente nas Faculdades de Tecnologia. Os resultados apontam para a AAI como facilitadora do processo decisório, provendo informações que permitem avaliar determinada situação.

Silva *et al.* (2017) apresentam e discutem o impacto dos resultados de um comitê de AAI na gestão de questões pedagógicas e administrativas de uma universidade brasileira. Observaram, como resultados, os efeitos positivos do comitê sobre as práticas da universidade: a efetiva participação da comunidade acadêmica nos processos de avaliação, bem como a validação da informação para a gestão universitária.

Subcategoria 03: Influência na construção da identidade institucional

45

Os artigos que focaram nesta subcategoria foram os de Moura (2006) e o de Pires *et al.* (2017). O primeiro relata uma pesquisa realizada num Centro Federal de Educação voltada para a sua autoavaliação. Constata que, à época, a instituição vinha perdendo sua identidade como agência formadora de técnicos de nível médio e ainda não havia conseguido criar a nova imagem pretendida, a de um centro universitário tecnológico. Já Pires *et al.* (2017) refletem sobre a dimensão da responsabilidade social universitária, abordada na avaliação das IES instituída pelo SINAES. Entendem que a inclusão da dimensão Responsabilidade Social no instrumento de avaliação interna e externa contribui para melhor conhecimento e evolução da instituição, para a formulação de políticas institucionais, além de colaborar para a melhoria do desenvolvimento institucional.

CATEGORIA 02 - Percepção dos sujeitos

Nesta categoria foi possível agrupar 09 dos 34 trabalhos constituintes do *corpus* dessa pesquisa. São artigos que têm como foco principal discutir a percepção de diferentes sujeitos que participam do processo de AAI, seja sobre o próprio processo ou das implicações dele nos contextos em que agem. Pertencem a esta categoria os trabalhos de Andriola e Souza (2010); Andriola (2014); Bettencourt e



Earp (2017); Grohmann, Nascimento e Radon (2015); Nascimento e Grohmann (2014); Falleiros, Pimenta e Valadão Jr (2016); De Jesus e Bedritichuk (2018); Reis, Silveira e Ferreira (2010) e Rodrigues *et al* (2014).

Andriola e Souza (2010) analisaram a cultura avaliativa na UFC, tendo como base as representações sociais dos gestores e dos técnico-administrativos das nove unidades acadêmicas dos campi de Fortaleza, que participaram do ciclo de AAI 2005/2006. Concluíram que as representações têm um caráter específico, não pelo fato de serem subjetivas, mas pela própria dinâmica social das condições nas quais se produzem e reproduzem. Andriola (2014) relata estudo com 586 egressos de cursos de graduação, através do uso de questionário *online*. Os resultados proporcionaram informações sobre o reconhecimento majoritário dos egressos em dimensões diversas.

Bettencourt e Earp (2017) apresentam resultados parciais de um estudo realizado em dez IES sobre as avaliações do ensino feitas pelos estudantes (AEE), no âmbito do processo de AAI prescrito pelo SINAES. A pesquisa revelou a falta de confiança na confidencialidade das respostas e, por outro, uma crença positiva nos resultados de suas avaliações. Grohmann, Nascimento e Radon (2015) procuraram verificar como os docentes percebem o processo de AAI utilizado na universidade e identificar a influência do perfil do respondente na percepção do processo. Os resultados mostram que há concordância, por parte dos docentes, com a estratégia adotada para implantar a AAI na Universidade. Por outro lado, os docentes apresentam percepção menos favorável em relação ao processo de comunicação.

Nascimento e Grohmann (2014) buscaram comparar a satisfação de 217 docentes com a AAI em uma IES federal em 2001 e 2011. Os resultados indicaram que houve uma piora na avaliação, provavelmente ocasionada pela sobrecarga de trabalho dos docentes, que não tinham tempo para dedicarem-se ao processo de AAI, e pela falta de resultados concretos do processo. Falleiros, Pimenta e Valadão Jr (2016) analisaram os significados atribuídos à AAI pelos técnicos-administrativos da classe E com função gratificada em uma universidade. Os resultados evidenciaram que na instituição ainda não se tinha uma cultura de avaliação e, um dos motivos para isso, era a falta de resultados práticos advindos do processo.

De Jesus e Bedritichuk (2018) objetivaram construir e validar um questionário que contemple a percepção docente no processo de AAI da UNB. Concluíram que o questionário de AAI apresentou evidências suficientes para ser incorporado ao processo de autoavaliação da universidade. Já Reis, Silveira e Ferreira (2010) analisaram os resultados da AAI aplicada em uma IES, a fim de identificar como os segmentos da comunidade universitária avaliaram cada dimensão abordada, a partir dos resultados obtidos da aplicação de questionário eletrônico estruturado. Os resultados indicaram que os



discentes e docentes, em sua maioria, avaliaram bem a instituição. Já os técnicos administrativos, em sua maioria, avaliaram pior a instituição.

Rodrigues *et al.* (2014) analisaram as estratégias de gestão adotadas pelos gestores do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) a partir dos resultados da AAI. De acordo com os autores, o processo de avaliação permitiu reflexão e análise do HUSM na visão do gestor sobre vários aspectos nas dimensões consideradas importantes para oferecer um bom campo de ensino.

CATEGORIA 03 - Discussão teórica sobre a política avaliativa e sua implicação nos contextos das IES

Nesta categoria foi possível agrupar 06 dos 34 trabalhos constituintes do *corpus* dessa pesquisa. São artigos que têm como foco principal fazer discussões teóricas a respeito dos princípios epistemológicos e pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam o SINAES, desde sua concepção até as últimas mudanças mais significativas, bem como a implicação da política e suas variações no contexto das IES. Pertencem a esta categoria os trabalhos de Garcia (2012), Konzen e Adams (2016), De Lacerda (2014), Nunes (2006), Rothen *et al.* (2018) e Sguissardi (2008).

Garcia (2012) discute o processo de implementação do SINAES por meio de análise de textos, leis e decretos que marcaram sua trajetória. Problematiza as contribuições/contradições, avanços/retrocessos observados neste processo e recupera os significados da categoria de contra regulação como possibilidade de resistência propositiva no campo de regulação da qualidade da educação superior brasileira. Já Konzen e Adams (2016) refletem sobre a precocidade do SINAES como um sistema norteador percebida pelas dificuldades relacionadas ao seu efetivo desenvolvimento. Buscam analisar uma proposta de interpretação dos dados da avaliação com foco nas disciplinas dos cursos de graduação, entendendo-a ao encontro da cultura de autoavaliação, elencada como uma das maiores dificuldades do momento.

De Lacerda (2014) investiga os pressupostos epistemológicos que nortearam o SINAES, a fim de demonstrar um percurso que chega a Kant, quando examinados os princípios dispostos no documento original, e outro, aparentemente oposto, até Descartes, quando observada a *práxis* avaliativa do sistema. Argumenta-se acerca dessa natureza polar do SINAES, e a conseqüente insatisfação da comunidade acadêmica em relação a essa ruptura entre princípios e efetivação. Já Nunes (2006) apresenta algumas reflexões sobre a rede de relações que se configuram nas dez dimensões abordadas pelo SINAES, no âmbito do cenário contemporâneo. Cada uma dessas dimensões relaciona-se com as demais, estabelecendo redes entre pessoas, ideias, acontecimentos e práticas veiculadas no interior da



universidade. São redes de redes. Constituem-se em uma trama complexa que exige da comunidade o conhecimento da identidade da cultura universitária, com o compromisso de garantir eticamente a fidedignidade dos relatos dos atores sociais participantes da avaliação.

Rothen *et al.* (2018) objetivam compreender os parâmetros oficiais de qualidade presentes na avaliação dos cursos de graduação. Apresentam abordagem teórica da avaliação, discussão dos parâmetros nacionais e internacionais de avaliação e acreditação da qualidade, análise de documentos oficiais e um estudo de caso em cursos nas áreas de Administração, Enfermagem, Engenharia e Pedagogia, realizando análise de documentos institucionais, resultados das avaliações e entrevistas. Concluem, a partir da análise documental, que o SINAES estabeleceu padrões de qualidade variáveis. Já Sguissardi (2008) problematiza a relação entre regulação e controle estatal com avaliação, que privilegie a criação e a implementação da cultura de avaliação e da AAI. Para tanto, examinam-se a natureza do Estado e da regulação estatal, a concepção de educação superior predominante no seu modelo de expansão, além dos obstáculos para essa relação próprios das IES estatais públicas e privado/mercantis.

CATEGORIA 04 – Atuação da CPA

Nesta categoria foi possível agrupar 04 dos 34 trabalhos constituintes do *corpus* dessa pesquisa. São artigos que têm como foco principal compreender ou discutir a CPA e sua atuação no processo de AAI. São constituintes dessa categoria os artigos de Augusto e Bazan (2007); Bernardes e Rothen (2015); Scremin e Dallacort (2014) e Lehfeld *et al.* (2010).

Augusto e Bazan (2007) apresentam o trabalho das CPAs das Instituições de Ensino Superior de Campinas, que integram o SINAES, a partir da visão de um ator fundamental nesse processo - o coordenador. Procura-se conhecer como foram coordenados esses trabalhos, quem são os coordenadores, como eles concebem a AAI e o que esperam do atual sistema avaliativo. Já Bernardes e Rothen (2015) apresentam um estudo de caso realizado na UFSCar, com a intenção de analisar e compreender se a AAI desenvolvida pela CPA se aproxima da perspectiva regulatória ou da emancipatória. Concluiu-se que o processo de avaliação institucional demanda tempo, gera trabalho, conflito e nem toda a comunidade acadêmica percebe a importância desse tipo de avaliação para a gestão institucional, além do que a AAI desenvolvida pela universidade aproxima-se, em alguns momentos, da avaliação regulatória e, em outros, da avaliação emancipatória

Scremin e Dallacort (2014) discutem as repercussões da atuação da CPA em um Centro Universitário, do interior do estado do Rio Grande do Sul, nos dez anos do SINAES. Os efeitos positivos do trabalho foram constatados pela CPA, como a efetiva participação da comunidade



acadêmica e a validade das informações. Assim, para as autoras, a CPA é fator fundamental na contribuição de diagnóstico para a realização de ações em prol da qualidade institucional. Já Lehfeld *et al.* (2010) descrevem a experiência de docentes que compõem a CPA de uma Universidade privada do estado de São Paulo, desde as primeiras participações em processos avaliativos até a elaboração da metodologia, construção dos instrumentos de coleta de dados e divulgação dos relatórios. Embora não sejam enfatizados os resultados da autoavaliação, a descrição e a análise desse processo levam em consideração o impacto da criação dos índices de avaliação das IES.

CATEGORIA 05 – Participação dos Sujeitos

Nesta categoria foi possível agrupar 02 dos 34 trabalhos constituintes do *corpus* dessa pesquisa. São artigos que têm como foco principal compreender ou discutir a participação dos sujeitos no processo de AAI e a relação entre a participação e a transformação da realidade institucional. São constituintes dessa categoria os artigos de Félix e Furtado (2016) e Martins e Ribeiro (2018).

Félix e Furtado (2016) apresentam uma discussão sobre a relação entre avaliação interna e a intensidade de participação da comunidade universitária. Tal estudo se fundamenta na análise de uma série histórica de quatro anos da AAI implementada numa universidade pública. Concluem que no período investigado predomina, institucionalmente, a participação de baixa intensidade, que se consubstancia na falta de melhorias, constituindo-se, assim, num desafio para a governança universitária.

Martins e Ribeiro (2018) buscaram compreender como ocorre a participação dos servidores Técnico Administrativos em Educação (TAE) na avaliação institucional das universidades federais brasileiras, a partir da perspectiva dos Relatórios de AAI elaborados pelas CPA. A amostra da pesquisa foi composta pelas cinco universidades federais melhor conceituadas no Índice Geral de Cursos (IGC) de 2014, uma por região do país. Os resultados encontrados revelaram que, ao contrário do que indicam os princípios estabelecidos pelo SINAES e do que recomenda a literatura, existe pequena participação efetiva dos servidores TAE na avaliação institucional das universidades federais brasileiras.

CATEGORIA 06 – Meta-avaliação da AAI

Nesta categoria foi possível agrupar 02 dos 34 trabalhos constituintes do *corpus* dessa pesquisa. São artigos que têm como foco principal compreender ou discutir o próprio processo de AAI, seja pela



perspectiva histórica ou pela meta-avaliação. São constituintes dessa categoria os artigos de Andriola e Oliveira (2015) e o de Marins, Ferreira e Orlando Filho (2016).

Andriola e Oliveira (2015) retrocedem às origens da UFC, situando a AAI em todas as fases do desenvolvimento institucional. Destacam, ao longo de sua trajetória histórica, como diversos procedimentos e estudos se debruçaram sobre especificidades institucionais que impactam sobre a qualidade das atividades universitárias, bem como sobre a formação do alunado.

Marins, Ferreira e Orlando Filho (2016) apresentam os resultados da meta-avaliação do processo de AAI da UFRJ, de 2014, à luz dos padrões de Utilidade e Adequação do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*. Para os autores, quanto às evidências identificadas a partir das duas categorias e dos respectivos padrões, em um total de quinze, estes foram classificados como: onze atendidos, três não atendidos, um parcialmente atendido e um não aplicado.

DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DOS ARTIGOS POR CATEGORIA

Tivemos ainda a curiosidade de identificar como ocorreu o interesse de pesquisa de acordo com as categorias acima estruturadas na série histórica de publicação dos artigos que pertencem ao *corpus* desse trabalho, aqui compreendida entre os anos de 2006 a 2018, a fim de verificar alguma regularidade temática ou coincidência quanto aos aspectos focados nos objetivos, que pudessem nos chamar atenção para algum fenômeno ou preocupação comum às realidades pesquisadas.

Observou-se, a partir dos dados estruturados, que as categorias de foco de interesse de pesquisa dos trabalhos distribuíram-se anualmente de forma regular na série temporal, ou seja, os focos de pesquisa foram variados e recorrentes anualmente, mas não distribuem-se de forma uniforme, com exceção dos anos de 2014 em que as pesquisas focaram na categoria referente à percepção dos sujeitos que participam do processo de AAI e do ano de 2017, em que houve grande interesse por parte dos pesquisadores em discutir a AAI como suporte para planejamento e tomada de decisão da gestão. Não foi possível explicar o porquê da convergência do foco de pesquisa dos diferentes trabalhos nos dois anos verificados, constituindo-se, entender isso, um potencial problema de pesquisa.

Notou-se que, nos anos mais próximos da implementação do SINAES até 2009, houve predominância do interesse das pesquisas para as discussões a respeito da relação entre a AAI e a construção da identidade institucional das IES, assim como das discussões a respeito da política e sua influência nos processos educacionais, esta última mantendo-se no foco de interesse das publicações ulteriores, muito provavelmente devido às mudanças nas concepções de avaliação ocorridas na política



por conta da criação e implementação de índices avaliativos e classificatórios das IES que conferiram caráter mais regulador à avaliação institucional nesse nível de educação.

A partir de 2010 e principalmente no ano de 2014 – dez anos de implementação da política - houve crescimento no interesse dos pesquisadores em estudar as percepções dos sujeitos participantes do processo. Os escassos estudos que tratam da meta-avaliação do processo aparecem depois desse período, a partir do qual nota-se crescente interesse pelas implicações da AAI no planejamento e na gestão institucional.

Enfim, a distribuição temporal dos focos de pesquisa sugere que os interesses de pesquisa quanto aos aspectos da AAI foram, na maioria das vezes, variados. O que pode apontar para as especificidades das questões que se apresentam para os pesquisadores nas diferentes instituições que atuam, mas também aponta que essas questões são recorrentes nas diferentes realidades estudadas, umas mais que outras, daí a importância da pesquisa acadêmica sobre a temática para o compartilhamento de experiências e para a discussão em busca de soluções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao seu potencial poder de transformação das realidades institucionais, entendemos ainda ser a temática da AAI do ensino superior pouco discutida no sentido de construir e compartilhar encaminhamentos teóricos e práticos para a superação de suas limitações e contradições, haja vista o grande número de veículos impressos disponíveis para a circulação dessas publicações acadêmicas. É urgente que a AAI passe da eterna condição de potencial instrumento formador (mas que na maioria dos casos ocorre puramente tendo em vista o atendimento de uma legislação, um processo frio e burocrático), para um efetivo processo crítico-emancipador dos sujeitos, tal qual sempre foi teorizada.

Nesse sentido, preocupa-nos que tenham sido encontrados tão poucos trabalhos acadêmicos que focam na meta-avaliação do processo. O fato é que as pesquisas analisadas apontam em sua maioria para falhas nas etapas de implementação da AAI previstas nas diretrizes formuladas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) (BRASIL, 2004). São problemas que contribuem para a não efetivação de uma avaliação formativa e para a não consolidação de uma cultura avaliativa institucional transformadora das realidades das IES.

Tal tarefa meta-avaliativa pode ser enriquecida a partir da identificação ou do entendimento das percepções dos sujeitos que compõem a comunidade acadêmica e que participam do processo, principalmente saber quais são suas percepções e opiniões sobre o processo que participam, o que apontam como incoerente, como falho, o que pode ser melhorado e ainda o que indicam como soluções,



mesmo que tal procedimento já seja previsto como última etapa do processo autoavaliativo prescrito pelas Diretrizes para Avaliação das Instituições de Educação Superior.

Do mesmo modo, é preocupante que, mesmo depois de quinze anos da implantação do SINAES, as pesquisas ainda apontem para a pouca participação dos sujeitos nos processos de autoavaliação das instituições estudadas, vez que, a participação efetiva consciente é fundamental para a legitimidade da qualidade do processo.

Se a participação no processo não vai bem, é sinal de que há algo errado, o que requer que seja feito o diagnóstico do problema e feitas novas escolhas, sejam elas relativas à metodologia, aos instrumentos e ou à comunicação por parte da CPA, a fim de melhorar tanto o aspecto quantitativo, quanto o aspecto referente à qualidade dessa participação. Isso posto, entendemos ser o incentivo à participação no processo de autoavaliação uma questão comum a todas as instituições, por isso ser de extrema importância que soluções de enfrentamento à pouca participação e estratégias de melhoramento da qualidade participativa dos sujeitos sejam disponibilizadas na literatura acadêmica, como forma de auxílio baseado nas boas práticas. Sem dúvida, isso seria de grande ajuda para os membros de CPAs aprimorarem seus processos avaliativos.

Os resultados dessa pesquisa apontaram para o grande interesse dos pesquisadores em entender ou verificar as implicações dos processos de autoavaliação nos diversos processos que ocorrem de forma global (DIAS SOBRINHO, 2000) nas IES, com especial enfoque para os concernentes aos de planejamento e de gestão. A maioria das pesquisas que desenvolveram esse foco de estudo consideraram o conceito de gestão dentro do princípio da participação democrática, visando o melhoramento dos processos internos das instituições. Outros trabalhos não deixaram claro em que conceito de gestão se pautaram, o que é consternador, vez que, é precisamente nesse aspecto que reside o perigo da autoavaliação se transformar em instrumento de regulação, quando atrelada à perspectivas gerencialistas de gestão.

Finalmente, mas não menos significativo, olhar para o trabalho das CPAs é de suma importância para pensar a AAI, devido ao caráter prático das funções que desempenham no processo e à instancia de atuação desses sujeitos. A CPA, como agente responsável por fazer as coisas acontecerem; mobilizar os sujeitos participativos; mediar o diálogo e as negociações em busca de uma qualidade institucionalmente construída; elaborar metodologias e instrumentos; avaliar os resultados e meta-avaliar o processo; é o motor que movimenta a AAI.

Por isso, entendemos ser fundamental compreender em que circunstâncias essas comissões são criadas, que princípios e dimensões têm a respeito dos processos avaliativos, em que conjuntura desenvolvem seu trabalho, o nível de comprometimento e de disponibilidade para com o processo, como



avaliam suas atividades e a repercussão dos resultados da autoavaliação para a melhoria das dimensões mensuradas e a construção ou fortalecimento da identidade institucional.

Destarte, assumir uma atitude de pesquisador da própria prática, transformando esse movimento em *práxis*, talvez seja uma boa forma de fazer da AAI um processo de fato emancipador nos espaços da educação superior brasileira. Essas são questões que estão postas, a espera de serem discutidas e as publicações científico-acadêmicas mostram-se excelente meio para isso.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, W. B. “Estudo de egressos de cursos de graduação: subsídios para a autoavaliação e o planejamento institucionais”. **Educar em Revista**, n. 54, dezembro, 2014.

ANDRIOLA, W. B. “Planejamento Estratégico e Gestão Universitária como atividades oriundas da auto-avaliação de instituições de ensino superior (IES): o exemplo da Universidade Federal do Ceará (UFC)”. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, vol. 2, n. 2, 2009.

ANDRIOLA, W. B.; DE SOUZA, L. A. “Representações sociais dos gestores e dos técnicos das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Ceará (UFC) acerca da autoavaliação institucional”. **Avaliação (Campinas)**, vol. 15, n. 2, 2010.

ANDRIOLA, W. B.; OLIVEIRA, K. R. B. “Autoavaliação Institucional na Universidade Federal do Ceará (UFC): meio século de história”. **Avaliação (Campinas)**, vol. 20, n. 2, 2015.

ARAÚJO, C. A. “Bibliometria: evolução histórica e questões atuais”. **Em Questão**, vol. 12, n. 1, 2006.

AUGUSTO, R.; BALZAN, N. C. “A vez e a voz dos coordenadores das CPAs das IES de Campinas que integram o SINAES”. **Avaliação (Campinas)**, vol. 12, n. 4, 2007.

BALZAN, N. C.; DIAS SOBRINHO, J. (orgs.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.

BASTOS, C. C. B. C.; ROVARIS, N. A. Z. “A relevância do processo de autoavaliação institucional da universidade tecnológica para a configuração do bom professor”. **Avaliação (Campinas)**, vol. 21, n. 3, 2016.

BELLONI, I. “Avaliação institucional: um instrumento de democratização da educação”. **Linhas Críticas**, vol. 5, n. 9, 1999.

BERNARDES, J. S.; ROTHEN, J. C. “Comissão própria de avaliação: dois lados de uma mesma moeda”. **Estudos em Avaliação Educacional**, vol. 26, n. 62, 2015.

BERNARDES, J. S.; ROTHEN, J. C. “O campo da Avaliação da Educação Superior: foco na Comissão Própria de Avaliação”. **Revista Meta: Avaliação**, vol. 8, n. 23, 2016.



BETTENCOURT, M. B.; EARP, M. L. S. “Significados das avaliações do ensino pelos estudantes: um estudo qualitativo na educação superior brasileira”. **Revista Lusófona de Educação**, vol. 36, n. 36, 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24/09/2021.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior**. Brasília: INEP, 2004.

CARVALHO, H. A.; OLIVEIRA, O. S.; LIMA, I. A. “Avaliação Institucional em uma universidade pública brasileira multicampus: processos e desafios na qualificação da gestão”. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, vol. 23, n. 1, 2019.

DE JESUS, G. R.; BEDRITICHUK, A. G. A. “Autoavaliação institucional: construção e validação de um questionário para o professor”. **Avaliação (Campinas)**, vol. 23, n. 3, 2018.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação na Educação Superior**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ESTELA, F. M. S.; DA CUNHA, M. B. “Biblioteca universitária e os indicadores do SINAES: estudo do caso da Universidade de Brasília”. **Informação & Sociedade: Estudos**, vol. 27, n. 1, 2017.

FALLEIROS, A. E. S.; PIMENTA, M. L.; VALADÃO JR, V. M. “O significado da autoavaliação institucional na perspectiva de técnicos-administrativos de uma universidade pública”. **Avaliação (Campinas)**, vol. 21, n. 2, 2016.

FÉLIX, G. T.; FURTADO, D. B. V. “A autoavaliação institucional e (in) cultura de participação na universidade”. **Holos**, vol. 1, fevereiro, 2016.

FERREIRA, M. S. *et al.* “Implicações da avaliação institucional na gestão universitária: a experiência da Universidade Católica do Salvador (UCSAL)”. **Avaliação (Campinas)**, vol. 22, n. 1, 2016.

GARCIA, M. F. “Processo de implementação do SINAES: contradições, tensões e possibilidades”. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, vol. 7, n. 3, 2012.

GROHMANN, M. Z.; NASCIMENTO, Z. B.; RADONS, D. L. “Auto Avaliação Institucional em uma Instituição Federal de Ensino Superior: um olhar sob a perspectiva docente”. **Meta: Avaliação**, vol. 6, n. 17, 2014.

KONZEN, L. Z.; ADAMS, E. “Autoavaliação institucional: um estudo sobre a análise de dados da autoavaliação em perspectiva diacrônica”. **Avaliação (Campinas)**, vol. 21, n. 3, 2016.

LACERDA, L. L. V. “SINAES, teoria e prática: pressupostos epistemológicos em oposição”. **Avaliação (Campinas)**, vol. 20, n. 1, 2014.

LEHFELD, N. A.S. *et al.* “Reflexões sobre o processo de autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação”. **Avaliação (Campinas)**, vol. 15, n. 1, 2010.

MABA, E. G.; MARINHO, S. V. “A autoavaliação institucional no processo de tomada de decisão em IES: estudo de caso das Faculdades SENAC/SC”. **Avaliação (Campinas)**, vol. 17, n. 2, 2012.



MARINS, C. M. O.; FERREIRA, M.; ORLANDO FILHO, O. “Meta-avaliação do Relatório de autoavaliação institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro”. **Meta: Avaliação**, vol. 8, Edição Especial, 2016.

MARQUEZAN, F. F.; SCREMIN, G. “Planejamento e autoavaliação institucional: articulações possíveis e necessárias”. **Revista Espaço Pedagógico**, vol. 26, n. 1, 2018.

MARTINS, J. C.; RIBEIRO, J. L. L. S. “A participação dos servidores técnico-administrativos na avaliação institucional: o que dizem os relatórios autoavaliação institucional”. **Avaliação (Campinas)**, vol. 23, n. 2, 2018.

MOURA, D. H. “Auto-avaliação Institucional Orientada à Melhoria da Ação Educacional: o caso do CEFET-RN”. **Principia**, n.13, abril, 2006.

NASCIMENTO, Z. B.; GROHMANN, M. Z. “Uma década de auto avaliação institucional: o que mudou na percepção dos docentes?” **REICE - Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, vol. 12, n. 1, 2014.

NUNES, L. C. “As dimensões da auto-avaliação institucional: tecendo redes de redes”. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, vol. 14, n. 52, 2006.

PIRES, E. B. L. L. *et al.* “A responsabilidade social universitária e a avaliação institucional: reflexões iniciais”. **Avaliação (Campinas)**, vol. 22, n. 1, 2017.

REIS, C. Z. T.; SILVEIRA, S. F. R.; FERREIRA, M. A. M. “Autoavaliação em uma instituição federal de ensino superior: resultados e implicações”. **Avaliação (Campinas)**, vol. 15, n. 3, 2010.

RIBEIRO, E. A. “As atuais políticas públicas de avaliação para a educação superior e os impactos na configuração do trabalho docente”. **Avaliação (Campinas)**, vol. 17, n. 2, 2012.

RISTOFF, D. I. **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis: Insular, 1999.

RODRIGUES, M. K. *et al.* “Autoavaliação SINAES: uma estratégia de gestão de um hospital universitário”. **Avaliação (Campinas)**, vol. 19, n. 1, 2014.

ROTHEN, J. C. *et al.* “Cursos de graduação no SINAES: a prática institucional entre parâmetros nacionais e internacionais de avaliação e acreditação da qualidade”. **Acta Scientiarum. Education**, vol. 40, n. 4, 2018.

SANTOS, R. N. M.; KOBASHI, N. Y. “Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações”. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, vol. 2, n. 1, 2009.

SCREMIN, G.; DALLACORT, M. D. “A CPA no Processo de Autoavaliação Institucional: Avanços e Desafios nos 10 Anos do SINAES”. **Meta: Avaliação**, vol. 6, n. 18, 2014.

SILVA, M. R.; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I. “Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo”. **INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, vol. 2, n. 1, 2011.

SGUISSARDI, V. “Regulação estatal versus cultura de avaliação institucional?” **Avaliação: Revista da Avaliação (Campinas)**, vol. 13, n. 3, 2008.



SGUISSARDI, V. (org.). **Avaliação universitária em questão**: reformas do estado e da educação superior. Campinas: Autores Associados, 1997.

SILVA, M. F. *et al.* “Higher education policy: A case study on quality assessment towards a model of university management”. **Avaliação (Campinas)**, vol. 22, n. 1, 2017.

VANTI, N. A. P. “Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento”. **Ciência da Informação**, vol. 31, n. 2, 2002.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 8 | Nº 22 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima